



Artigo

Alfabetização midiática informacional, pedagogia social e liberdade de expressão com egresso do sistema prisional

Media and information literacy, social pedagogy and freedom of expression with egress from the prison system

Marta Soares da Silva¹, Alexandra Bujokas de Siqueira²

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba-MG, Brasil

Resumo

Mobilizando fundamentos da Pedagogia Social e práticas de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), comprometidas com a promoção da liberdade de expressão do egresso do sistema prisional, a pesquisa investigou o potencial da AMI para o processo de socialização dos que estão vivenciando momento de retorno à sociedade extramuros carcerários. Para tanto, a construção e análise dos dados empíricos respaldaram-se no método de pesquisa-ação. A investigação aconteceu no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp, do município de Uberaba/MG (Brasil), por meio de oficinas mediadas com e junto aos colaboradores que abordaram a construção de um jornal, o qual intitularam “Jornal do Desabafo”. A produção do jornal foi o caminho dialógico escolhido para contrapor o discurso hegemônico no palco de disputas simbólicas produzidas pela cultura midiática. Ao término das atividades, foram coletados indícios de que a alfabetização midiática pode ser um instrumento da Pedagogia para promoção da liberdade de expressão com egressos do sistema prisional, uma vez que os colaboradores fizeram do jornal um instrumento para inserir sua palavra e reconquistar este direito negado, representaram a si como seres humanos e romperam com estereótipos há muito associados ao egresso do sistema prisional.

Abstract

Mobilizing fundamentals of Social Pedagogy and Media and Information Literacy practices committed to promoting freedom of expression of the prison system egress, the research investigated the potential of AMI for the socialization process of those experiencing a moment of return to society outside prisoners. Therefore, the construction and analysis of empirical data were supported by the action research method. The investigation took place in the Social Inclusion Program for Graduates of the Prison System - PrEsp, in the city of Uberaba / MG, through workshops mediated with and with employees who addressed the construction of a newspaper called “Jornal do Desabafo.” The newspaper production was the dialogical path chosen to oppose the hegemonic discourse on the stage of symbolic disputes produced by media culture. At the end of the activities, evidence was collected that media literacy can be an instrument of Pedagogy to promote freedom of expression with graduates from the prison system since employees made the newspaper a tool to insert their word and

¹ Mestre em Educação. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8660-861X>

E-mail: marta_soaresdasilva@hotmail.com

² Professora da UFTM, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação.

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-5397-5192> E-mail: alexandra.siqueira@uftm.edu.br

regain this denied right, represented themselves as human beings and broke with stereotypes long associated with egress from the prison system.

Palavras-chave: Pedagogia social, Liberdade de expressão, Educação não-formal.

Keywords: Social pedagogy, Freedom of expression, Nonformal education.

Introdução

De um ponto de vista legal, a liberdade de expressão é um direito garantido no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o qual estabelece que: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber, transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.” Em âmbito nacional, o direito à liberdade de expressão é garantido pelo Artigo V da Constituição de 1988, que assegura a livre manifestação do pensamento, desde que o comunicador se identifique; é livre a expressão da atividade intelectual, artística, sem censura ou licença, bem como ressalva a liberdade da palavra, opinião, consciência, de imprensa, informação, trabalho jornalístico de manifestação, informação e o direito à comunicação. De um ponto de vista prático, entretanto, ainda há muito o que conquistar e esse é o ponto de partida do presente trabalho.

Um viés crítico dessa natureza requer uma comunicação dialógica, aqui concebida como a via por onde o ser humano, ao fazer uso de sua expressão, participa da dinâmica social, integra-se e se humaniza, humanizando o mundo. Viver a comunicação dialógica requer uma educação específica e, por esta razão, a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) é requerida como instrumento para a Pedagogia Social fazer o que lhe cabe na educação de grupos em vulnerabilidade social.

Educar para o uso da mídia e da informação é uma demanda tão diversa e antiga quanto a própria mídia, mas alguns marcos teóricos e políticos sintetizam essa história, ao menos para embasar este texto. No contexto internacional, a configuração do que hoje a UNESCO chama de “Alfabetização Midiática e Informacional” tem origem formal na criação da chamada “Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação”, e que resultou na publicação do relatório “Um mundo, muitas vozes” (UNESCO, 1983). A educação para a mídia, desde suas origens, esteve vinculada às demandas por pluralidade, diversidade, equilíbrio e democratização do acesso à mídia, obtidos principalmente com a ampliação da participação do público. Em 1999, os países membros assinaram a “Declaração de Viena”, que sintetizou as habilidades fundamentais para usar a mídia e a informação e, conseqüentemente, exercer o direito à liberdade de expressão:

1. lidar com todos os meios de comunicação, incluindo a palavra impressa e a representação gráfica, o som, a imagem fixa e em movimento, veiculadas em qualquer tipo de tecnologia;
2. compreender o contexto da comunicação midiática da sociedade em que se vive e o modo como os meios de comunicação operam;
3. adquirir habilidades no uso desses meios para se comunicar com os outros;
4. interpretar criticamente os textos midiáticos, identificando as fontes, seus interesses culturais, políticos, sociais e comerciais;
5. selecionar os meios adequados para comunicar as suas próprias

mensagens e para alcançar o seu público-alvo; 6. conquistar o acesso aos suportes midiáticos, para a recepção e produção.

Ocorre que ninguém promove a liberdade de expressão de alguém ou dá voz ao outro, porque é necessário protagonismo para inserir sua palavra, sua existência materializada no exercício do direito à opinião, como quem vivenciou ou vivencia sua realidade de vida. Ainda assim é possível, no processo de ensino-aprendizagem, reconhecer-se como sujeito de sua história, despertar para a materialização do direito de ler criticamente, tomar posição, produzir e fazer circular sua opinião.

Deste modo, é preciso que os que estão com o direito negado à palavra reconquistem esse direito humano, pois “o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens” (FREIRE, 1987, p. 91).

Neste sentido, não há liberdade de expressão para o egresso do sistema prisional (ESP) se as representações acerca deste grupo forem unilaterais, sem o (contra) pronunciamento. De outro modo, permanece a condição de marginalidade, de objeto receptor da informação, acirrando na sociedade o estigma sobre o que é ser ESP, uma vez que o lugar de fala de quem vivencia ou vivenciou o cárcere é ignorado.

É importante salientar, por questões de lugar de fala, que um dos fatores que movem e justificam a escolha do tema desta investigação é o fato de uma das autoras ser filha consanguínea de mãe que desenvolveu esquizofrenia e pai que foi preso, tendo anteriormente constituído família embaixo de uma ponte, no município de Ituverava – SP. O pai faleceu um ano antes de sua liberdade prisional, deixou oito filhos, os quais com sua prisão foram distribuídos e separados entre adoção, orfanato e as ruas. O fato de um dos irmãos consanguíneo ter sido ESP e ter encontrado na educação o caminho de inclusão em sociedade extramuros carcerário é outro fator que inspira e fortalece o experimento aqui relatado.

Em termos metodológicos, observando os desafios do contexto de origem do ESP, e diante dos questionamentos latentes à temática, a presente pesquisa teve início com busca na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (ABTD) sobre as conexões entre pedagogia e liberdade de expressão na educação carcerária. Ali, não foi identificado nenhum resultado sobre “AMI com ESP”, ou “liberdade de expressão com ESP”.

Se a ausência de investigações semelhantes, por um lado, evidencia uma lacuna inclusive no ativismo em Direitos Humanos, por outro, oferece a oportunidade de pavimentar um caminho de investigação. Aqui, a questão inicial foi “como promover a liberdade de expressão dos que estão vivenciando momento de ESP?”. Essa questão fundamentou a definição de um objetivo geral, a saber: “experienciar possibilidade da AMI como instrumento da Pedagogia Social para o exercício da liberdade de expressão do ESP”. Como resultado, esperava-se que a proposta de fato se tornasse um instrumento a mais para os que estão vivenciando momento de ESP superarem os desafios próprios deste momento, bem como encontrar uma oportunidade para contrapor discursos hegemônicos a seu respeito. Há um longo histórico que justifique tal esforço.

Reconhecendo a falência do sistema de cumprimento de pena, como investigado e descrito por Foucault (1998), são implementados programas com objetivo de reintegrar o ESP à sociedade extramuros carcerários. No Brasil isso ocorre na década de 1990, após a nova Lei de Execução Penal de 1984, que traz

em seu texto o direito à proteção de direitos humanos aos privados de liberdade, assistência ao ESP e substitui a antiga LEP de 1940, a qual não trazia este direito.

Uma diversidade de programas se respaldam na LEP de 1984, que estabelece como dever do Estado a assistência ao ESP em âmbito jurídico, material, da saúde, educacional, social e religioso. A assistência consiste, enquanto texto, em orientação para reintegrar a pessoa à vida em liberdade, na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses, prorrogáveis por mais dois meses, se comprovado por assistente social, o empenho na obtenção de emprego. O texto considera ESP o liberado definitivo, pelo prazo de um ano e o liberado condicional, durante o período de prova.

Deste modo, para encontrar colaboradores que estivessem passando por momento de ESP, esta investigação foi construída no Programa de Inclusão Social de Egresso do Sistema Prisional – PrEsp, do município de Uberaba, MG, o qual é uma das onze unidades que pertencem à Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública, situada em Belo Horizonte - MG.

O procedimento metodológico escolhido foi a pesquisa-ação, que é composta dos momentos de planejamento, descrição e avaliação, na finalidade de melhorar a prática. Conforme Tripp (2005), trata-se de um processo cíclico que busca melhorar a prática pela ação em campo, ao passo que é feita sua investigação.

A principal técnica de investigação foi a realização de oficinas, mediadas com e junto aos colaboradores que estão vivenciando momento de ESP no programa PrEsp, compostas por fases de observação da dinâmica do grupo, estudo e produção de conteúdo midiático crítico, que resultou na produção de um jornal com textos e imagens feitos pelos colaboradores.

Para autorização da investigação a proposta passou pela vista do conselho de ética da Universidade do Triângulo Mineiro (UFTM) e da Secretaria de Estado de Segurança Pública, sendo aprovada por ambas.

No recorte para conduzir a investigação optou-se por pessoas que estivessem vivendo momento de ESP, mesmo em condição de cumprimento de pena em liberdade, pois considerou-se que a saída do sistema fechado, em qualquer variação, categoriza o estar vivenciando momento de ESP.

Atentando para o fato de que poderia haver desistências por parte dos colaboradores, foram convidados para a pesquisa dois grupos de dilação, sendo que cada um contava com dez pessoas. Dentro da estrutura disponibilizada pela instituição e o tempo de conclusão desta investigação, foi possível realizar três oficinas de AMI, com duração de uma hora e trinta minutos cada uma, além da observação prévia de encontros por quatro meses, dos quais um foi ministrado pela pesquisadora em campo, bem como outra oficina de “projeto de vida” que foi ministra na penitenciária de Uberaba – MG a convite da equipe do PrEsp.

Desenvolvimento

Os altos índices de reincidência à criminalidade indicam uma realidade social brasileira preocupante, conforme é possível constatar nos dados do Departamento Nacional Penitenciário - DEPEN, apresentados em relatório (BRASIL, 2015, p. 13): a taxa de reincidência é superior a 70%.

A escola está imersa no mesmo contexto social, no que diz respeito a encontrar nela estudantes com familiares que estão ou estiveram em cumprimento de pena privativa de liberdade. É preciso ir para além dos muros destas instituições e pensar a educação como o que é declarado nos Direitos Universais, sendo um conjunto de direitos fundamentais inerentes a todos os seres humanos, sem distinção. Isto passa por pensar em processos educativos que vão ao encontro de políticas destinadas à (re)socialização de ESP.

Para Machado (2009, p.33), há demandas sócio educacionais que exigem um olhar para a escola como parte fundamental do processo, mas um olhar que deve ir além, observa que: "trata da educação do homem integral", a qual diz respeito às relações dos sujeitos com a sociedade sem distinção de idade, salientando aí a construção do conhecimento como processo formativo ao longo da vida. Na mesma sintonia, é pertinente lembrar de Freire (1996, p.12), que reconhece os seres humanos como "seres históricos e inacabados", ou seja, a ressocialização não existe, o que existe é o processo de socialização nas etapas da vida, razão pela qual se adota (re)socialização como concepção nesta investigação quando relacionado ao viés jurídico, e "processo de socialização" pela área de onde se posiciona esta investigação, a Educação.

A Pedagogia Social vem se somar a essa discussão como "ciência que referenda políticas de formação do educador para atuar na área social e como prática intervencionista", na definição de Machado (2009, p. 2). Desta forma, é uma das vias possíveis para ir ao encontro de ESP, de maneira dialógica, neste momento complexo de seu processo de socialização.

Para tanto, Freire (1987) propõe uma educação onde a comunicação seja dialógica, para que a prática educativa assuma o papel de libertação, possibilitando que oprimidos identifiquem o opressor, acreditem em si e possam, munidos da compreensão, iniciar a alteração da identidade de classe que os subalternizam.

Aqui entra em cena a necessidade da expressão livre do sentimento opressão que, no contexto do ESP, pode ser interpretada como a semente do direito à liberdade de expressão. É se expressando com autonomia que o egresso poderá dar sentido à própria existência. Fora disto emergem a censura, o encarceramento da subjetividade, ou a pena sem fim, que se reorganiza para além da instituição prisão, negando um lugar de existir.

Portanto, um diálogo entre a Pedagogia Social e AMI se consolidam neste trabalho para tratar do lugar de existir, uma vez que esta primeira é ciência que se preocupa com grupos que permanecem à margem, para além dos muros da escolarização. Mais abrangente, a Pedagogia Social pode se tornar o veículo de levar a liberdade de expressão para pessoas que estejam vivenciando momento de ESP, desenvolvendo habilidades para acessar e usar a informação midiática, no intuito de enfrentar a marginalização.

O sentido do diálogo aqui assumido é o que Freire (1987) explicou como a palavra na práxis, esta que para transformar o mundo, requer que a palavra se pautem na relação entre ação e reflexão, uma vez que fora deste contexto a palavra se torna alienada e alienante, já não havendo mais possibilidade de diálogo.

Portanto, não há liberdade de expressão para o ESP se os discursos que os representam sejam unilaterais. Sem o pronunciamento do egresso, sua condição de humano lhe é retirada e lhe sobra a marginalização, a condição de objeto receptor da informação. O resultado é o acirramento do estigma sobre o que é ser ESP, uma vez que seu lugar de fala, de quem vivencia ou vivenciou esta realidade, é ignorado.

Spivak (2010) contribui com o aprofundamento da reflexão sobre lugar de fala, uma vez que é assertiva em expor as bases excludentes sobre às quais têm origem as sociedades que passaram por colonização. Apresenta o questionamento “pode um subalterno falar?”, no sentido gramsciano, ou seja, compreendendo subalterno como o grupo de pessoas que compõe as camadas mais baixas da sociedade, produto da exclusão.

Esta observação é de extrema relevância para que estejam explícitos os reflexos da herança hierárquica e de desigualdade histórica que se constituiu o Brasil. Não pode ser ignorado o fato de que durante o século XVIII a maior parte da população que entrou no país eram pessoas de pele negras, trazidas do continente africano para serem escravizadas por brancos europeus, o que é importante observar para compreensão das bases bárbaras sobre as quais se construiu a nação brasileira, com reflexos nítidos até os dias atuais, moldando a realidade dos que entram e saem do sistema prisional, conforme dados do Levantamento Nacional de dados penitenciários - INFOPEN (2017).

Não queremos aqui reduzir a questão do conflito com a Lei à condição de classe ou cor da pele, mas sim pautar uma questão. Se, em uma sociedade desigual, de base colonialista e escravagista, as leis, os meios de comunicação, de produção do trabalho e ideologias hegemônicas na educação ainda representam a classe dominante, então o campo de luta de classe com raízes no estupro, escravidão e genocídio de povos e cultura permanece acirrada. A situação persiste porque o aparelhamento do Estado é ideológico e, por meio desta ideologia, são silenciados e criminalizados os subalternos.

Althusser (1970) lembra que, para além do que Marx chamou de aparelhamento repressivo do Estado - os meios violentos e ideológicos pelos quais faz valer sua vontade, entre exército, polícia, tribunais, prisões, dentre outros, há o que o autor denomina de aparelho ideológico do Estado, que está relacionado às diferentes instituições nos sistemas públicos e particulares como a escola, a família, o sistema político, jurídico, os meios de comunicação e as esferas da cultura.

Althusser (1970) define ideologia como a representação da relação imaginária entre os indivíduos no mundo real, e esclarece que a materialização da ideologia, no campo do imaginário, ocorre no que chama de “interpelação”. Um exemplo ilustrativo se dá quando a mãe interpela o filho e este reconhece o lugar de filho, bem como na interpelação do agente penitenciário com o encarcerado, do professor com o educando. Deste modo, quando há a construção do sujeito ESP sendo interpelado pelo noticiário, pelos meios que compõem uma representação ideológica a seu respeito, e o interlocutor acata este dizer, obtém-se aí a construção ideologizada sobre quem é esta pessoa que está passando por momento de ESP, ainda que ele próprio não tenha tido a oportunidade de se colocar enquanto sujeito.

Deste ângulo, Althusser (1970) descortina o percurso pelo qual são construídas as relações sociais e expõe as bases de legitimação da exploração e da dominação de classe, de gênero e étnico racial, que naturaliza a subalternização dos sujeitos. Se não é criado um cenário de representatividade discursiva para ESP, são os detentores dos meios de comunicação que o constroem hegemonicamente, excluindo das representações o que é estar vivendo o momento de retorno.

Este fenômeno é preocupante e revoltante, não só pelo silenciamento violento, mas por dificultar ainda mais o acesso à empregabilidade, à educação.

Diante disto, ao questionar se pode um ESP ter liberdade de expressão, junto de Spivak (2010) posiciona-se que não só pode como deve receber todo o respaldo

para apropriar-se cada vez mais desde direito. Como falar em processo de socialização negando o direito à representação, à condição humana?

Pesquisa

Deste modo, para responder a questão norteadora “como promover a liberdade de expressão dos que estão vivenciando momento de ESP?”, foi necessário mapear o peculiar exercício da liberdade de expressão dos que estão vivenciando momento de ESP no programa PrEsp.

O trabalho empírico começou com uma observação da dinâmica das atividades no chamado “grupo de dilação”, no qual pessoas que estavam “assinando pena” poderiam, ao participar dos encontros, conseguir um espaço maior entre uma assinatura e outra. Uma das autoras foi convidada a mediar um encontro, e, para além da observação, foi possível penetrar o *locus* da pesquisa. A descrição do que ocorreu segue na primeira pessoa, em respeito ao lugar de fala.

A fase de observação foi composta por seis encontros quinzenais, sempre às quartas-feiras, com duração de uma hora e trinta minutos, ficando quinze minutos finais para o lanche, carimbo e assinatura em ficha de presença, validada pelas analistas, que eram uma advogada e uma assistente social. Elas justificaram a necessidade do documento assinado e validado para, caso fossem abordados por policiais no retorno para casa, os colaboradores pudessem justificar porque estavam circulando pelas ruas no período noturno, o que não é permitido para os que se encontram no regime semiaberto.

Nesses encontros, foi possível compreender que haviam poucas oportunidades de liberdade de expressão por parte dos colaboradores do programa, a exemplo do encontro que trouxe uma profissional do Sistema Nacional de Emprego (SINE) de Uberaba, MG.

Houve uma conversa sobre desemprego, com falas pontuais dos colaboradores quanto aos sentimentos e riscos que esta realidade trazia. Os sentimentos expressados foram registrados em uma folha de papel. O registro era feito pelas analistas do programa (uma profissional do Direito e outro do Serviço Social) e não era exatamente o que os colaboradores haviam, de fato, falado. Termos eram substituídos como, por exemplo, quando diziam “me sinto bem”, escreviam “satisfação”, “é o que garante comida, né? Pra família”, e a escrita saía “sustento”, “preciso do trabalho pra garantir o aluguel, né?”, “moradia”. Na face dos colaboradores havia uma expressão de acatar as informações, concordar, carimbar os papéis e ir embora.

É pertinente ponderar que a participação nos grupos para conquistar o tempo de dilação da pena propicia uma oportunidade restrita para exercer a liberdade de expressão, o que ficou evidenciado pelas falas que sempre expressavam concordar com o que era proposto, de forma vertical, e nunca discordar ou levantar um questionamento. Pode-se inferir que as rotinas de silenciamentos vivenciadas na prisão ainda se fazem presentes no processo de (re)socialização.

A observação inicial trouxe o alerta para a importância do planejamento das oficinas, porque instigou reflexões sobre como construir atividades junto com os colaboradores e de forma dialógica, na perspectiva freiriana.

O próximo passo foi convidar os participantes das oficinas. Ficou determinado que os convites deveriam ser feitos dentro da instituição e com o aparelho telefônico interno, por orientação da diretoria geral do PrEsp em Belo Horizonte - MG.

Diante do cenário das oficinas observadas, como próprio da pesquisa-ação, foi necessário replanejamento e pude contar com o auxílio de um dos colaboradores que fez parte do grupo de dilatação. Em razão de ter maior disponibilidade no momento, José, como será chamado no texto, ofereceu esta possibilidade. Ele morava, até o fim das oficinas, em uma instituição de acolhimento de pessoas em situação de rua, que se encontravam em tratamento para dependência química.

A instituição onde José estava permitiu e acolheu todo o processo de reelaboração das oficinas. Desta forma, este colaborador estabeleceu um vínculo importante para a pesquisa, uma vez que o número de encontros com ele foi maior do que com os demais, ofertando profundas reflexões sobre sua realidade vivenciada.

Antes de iniciarmos o planejamento das oficinas, José me convidou para conhecer o jardim e a horta no fundo da casa, local de onde trocamos plantas e ervas medicinais. Neste momento, fechou o semblante e, em tom assertivo, perguntou o que eu queria que ele fizesse realmente, porque ele já havia passado oito anos “fechado” e não queria ficar falando do que viveu lá dentro, que isso ele queria esquecer.

Admirada pela postura de José, relatei o que iríamos fazer, se ele concordasse, e que a investigação tratava do período após o “canto da liberdade”, a saída do “fechado”. José sorriu, respirou com certo alívio e exclamou, “do que tô vivendo tenho muito pra falar, isso aqui não é fácil não, eu ainda tenho um auxílio que recebo, pude coloca meus dentes, poderei futuramente quem sabe arrumar uma companheira, mas pra quem não tem é muito pior, a realidade é que não é fácil pra ninguém, eu percebo os olhar pra mim”.

Este foi o primeiro diálogo de muitos com José, sempre permeados pela palavra “Deus” como uma ideia de apelo ao perdão social, buscando a representação de um escudo de alguém que está em “conversão”, bem como pelas sugestões e troca de herbários, mostrando sua destreza culinária e habilidade em cultivo de hortaliças e plantas medicinais.

Ao sair da casa onde José morava e fazer as anotações em caderno de campo, sempre me questionava sobre o processo de “sair do fechado” e precisar, por falta de política pública de habitação própria, morar em um lugar que só tem as portas abertas ao final de semana, com regras, horários, vigilância constante e regulamentação quanto ao tempo de uso de celular, que era apenas aos sábados e domingos. Uma estrutura que se assemelha ao próprio sistema de privação de liberdade para cumprimento de pena.

1ª Oficina: Liberdade de expressão e silenciamento na notícia

Na primeira oficina, vieram cinco colaboradores, que trouxeram notícias sobre problemas sociais, previamente solicitadas, as quais seriam analisadas criticamente. O objetivo era aprender a identificar o posicionamento social da notícia e expressar a própria opinião, contrária ou favorável àquele enquadramento do fato. A opinião deveria ser expressa na reescrita da notícia, na visão de cada colaborador.

Cristiano tem 58 anos, estudou até o quinto ano e apresentou uma notícia que tratava do problema social “emprego ambulante”, em que o jornal favorecia a posição dos lojistas, enquadrando a venda ambulante como atividade que atrapalha o comércio formal.

Entremeio a falas que justificavam o porquê, Cristiano concordava com o posicionamento do jornal:

“Concordo com a venda de ambulante, mas não perto dos estabelecimentos fixo que paga imposto aluguel funcionário água luz imposto ICMS encargos de funcionários acho que o governo e o prefeito de cada cidade teria que fazer um espaço físico para estes ambulantes por exemplo () poderia ter um espaço físico para todos se estabelecer e comercializar seus produtos e que diminuíce vários encargo obrigatório e que cada pessoa poderia trabalha com seus filho neto menor de idade para aprender a ganhar dinheiro corretamente porque hoje não pode dar serviço para menor. é errado... Olha isto aqui é um ditado do meu pai que falava assim a pessoa que ganha 1 salário mínimo é porque só vale 1 salário. A pessoa que esta desempregada é porque é ruim de serviço”

Ainda que confrontado pelos colegas, que defendiam o “ganha pão” do vendedor que não tinha como estabelecer comércio, Cristiano argumenta com o ditado que o pai lhe ensinou. Era visível o constrangimento dos colegas, os quais se entreolhavam e balançavam a cabeça, negativamente.

Isaias e Angelina trouxeram notícia semelhante à de Cristiano, mas seus posicionamentos foram contrários, sucintos e certos.

Isaias tem 45 anos, estudou até o sexto ano, escreveu:

“Moradores de rua são acusados de atrapalhar comerciantes”
Não tem opção de morar vai para qualquer espaço que encontra não tem apoio dos órgãos competentes As pessoas ficam na rua aonde acham, qualquer lugar.”

Angelina tem 34 anos, estudou até o oitavo ano, escreveu:

“Moradores de rua são acusados de atrapalhar comerciantes”.
"A 3 anos atrás, perdi minha mãe em um acidente trágico, tínhamos casa própria, mas pelo fato de ter perdido minha mãe, entrei em depressão, vendi minha casa e fui morar na rua. Fazia uso de droga sim, mas muitas vezes fui taxada por estar atrapalhando comerciantes pelo fato de esta morando na rua, por esta pedindo, juntando, etc. No meu caso eu me prostituía e fazia alguns bicos, mas nunca prejudiquei nenhum comerciante.”

Angelina é transexual e a única mulher entre os colaboradores. Ela e Isaias, nesta primeira etapa, já apresentam sua expressão com criticidade diante do posicionamento elitista da notícia que escolheram. Observa-se que seguem em alguns pontos a estrutura do gênero de notícia, mas que o mais evidente é se colocar neste texto de maneira a interpretar a realidade em que vivem. Inserem não só suas palavras, mas se percebem e se colocam como realidades vivenciadas que rebatem um posicionamento alheio a eles.

Pedro tem 22 anos, estudou até o sétimo ano, apresentou uma notícia sobre manifestações que ocorreram no Chile, no ano de 2019. Antes de compor seu texto Pedro, pergunta quem era Piñera³, após checarmos no Google ele escreve:

“Ataques nos quartéis do Chile deixa 400 pessoas feridas”

O empresário presidente chileno diz que não poderia ter avançado com tanta violência. No fim da greve geral de terça feira no Chile, foi o dia mais violento que esteve após a greve geral, deixando uma vítima de atropelamento, quase 400 pessoas feridas. Autoridades chilenas disseram que havia 248 mil manifestantes. E que alguns protestaram pacificamente e outros que no ponto de vista da margem da sociedade são considerados como, vândalos, criminosos, etc, atacaram vinte quatro durante a madrugada.

O questionamento e título reescrito por Pedro mostram seu interesse em localizar a informação antes de se posicionar. Diante da informação, faz uma leitura crítica do jornal, que tenta impor como verdade a fala de Piñera. Ao identificar que se tratava de um empresário, atual presidente do Chile, faz questão de colocar a informação no seu texto e, ao ler para os colegas, acrescenta “vai vendo, só porque o cara é empresário... presidente, eles nem dão moral pros outros”.

Pedro identifica a intenção do jornal em propagar a ideologia dominante e silenciar a manifestação de forma vertical, representando os manifestantes como violentos. É o que fica explícito pelo ato de querer mostrar que se tratava da fala de um empresário, atualmente como presidente, bem como em sua fala empolgada durante a oficina.

José escolheu uma notícia que abordava a morte de moradores de rua na “Cracolândia”, em São Paulo, local conhecido por reunir pessoas em vulnerabilidade social com dependência de crack e outras drogas.

“Moradores de rua morrem por não terem uma opção de vida

Acredito eu que eles deveriam ter tido uma oportunidade de mudar e não alguém assinar a sentença deles. Da forma que aconteceu, certamente essas pessoas tinham alguém por eles filhos, mãe, pai, irmão, esposa até mesmo um Histórico de vida. Mesmo que não tenha sido dos melhores não podemos esquecer que somos dotados de instintos, sentimentos e emoção e quando isto sai da sua dimensão busca refugio na droga ou no álcool para se entorpecer e acreditando que aquilo ira sanar alguns problemas do cotidiano que na verdade só ira aumentar o problema. Precisa tratar o dependente que seja de álcool ou droga como ser Humano e não como um Numero, que IRA preencher mais uma lacuna vazia. Não podemos virar as costas para esta situação que e presente a todo momento em nossas vida. É necessário buscar apoio moral ético e afetivo e não pensar nos nossos próprios interesses é sermos mais fraternos para entender um ao outro.”

José se posiciona com criticidade, cumpre os objetivos da AMI no que diz respeito a ler criticamente a mensagem, se posicionar e construir sua mensagem. Observa-se que faz uso da liberdade de expressão, usando inclusive um tom

³ À época das oficinas ocorriam as manifestações em Santiago do Chile, primeiro pela revisão do sistema de aposentadorias, depois pela renúncia do presidente, Sebastián Piñera.

militante ao descrever o que, na opinião dele, é necessário para que pessoas em situação de rua e adictos recuperem a dignidade humana.

2ª oficina: Partilha das notícias e composição da estrutura do jornal

Nesta segunda oficina, a tarefa era produzir notícias que retratassem um momento em que cada um julgasse ter sido silenciado. Foram solicitados a escolher imagens que ilustrassem os textos. Essas imagens foram analisadas em grupo, em termos enquadramento⁴. Os excertos a seguir foram extraídos do material produzido durante a oficina.

Cristiano redigiu esse texto:

[6] “A luta da Vida é difícil mas não desista!
Isto significa a vida de todos que estão tentando sobreviver, o que não é fácil. Se você não tem uma faculdade fica mais difícil, porque a concorrência é grande. Cristiano não teve oportunidade de estudar, de ter uma formatura, mas aprendeu muita coisa com os anos que trabalhou de engraxate na rua, o que era pra ajudar em casa. Seu pai teve um ano muito ruim, de muita seca, que o quebrou, ficou sem nada. Deus iluminou que com dois anos adquiriu uma vendinha, onde trabalharam juntos por dez anos, e aí Cristiano aprendeu a ser comerciante, que é até hoje a sua profissão. Sua profissão não é fácil, porque para isto precisa de um bom capital de giro para crescer na vida, a concorrência é grande e dentro do que faz hoje é muito difícil. Passou a ter muitos problemas que aconteceram no dia a dia, mas acredita que se Deus quiser vai dar tudo certo, porque acredita que Deus é fiel e vai ajudá-lo nas conquistas, afirma que já está com uma idade avançada e quer mudar de vida “se Deus quiser.”

A história contada por Cristiano é o meio pelo qual expressa sua trajetória de vida, trazendo a ilustração do menino engraxate e da fase adulta na profissão de comerciante, no qual está atualmente. Cristiano escolhe o ângulo inferior, o qual atua como empoderamento, para demonstrar a importância destes dois momentos em sua vida, o trabalho na infância e na vida adulta.

Esse mesmo colaborador, na primeira oficina, havia relatado que o aprendizado com o pai movia seu posicionamento quanto a não se permitir “vendedores ambulantes” no mesmo local de comércio formal. Já na atividade da segunda oficina, relata a impossibilidade de não ter estudado em razão da necessidade de trabalhar como engraxate, porém reconhece na educação uma forma de facilitar o acesso ao mercado de trabalho. Parece haver aqui um conflito de posicionamentos, do mais conservador ao mais questionador, que pode ter sido fruto da discussão com os pares.

A narrativa de Cristiano enfatiza uma denúncia, já no primeiro parágrafo, sobre a dificuldade para sobreviver. Adiante, mostra seu lugar de fala, do trabalho infantil ao qual foi submetido. Num primeiro momento, pode parecer que sua mensagem, do ponto de vista da AMI, não apresenta informação factual, mas há ali o início do exercício reflexivo, quando consegue constatar a ausência do Estado

⁴ O termo “enquadramento” costuma ser usado nos estudos de mídia para caracterizar a seleção, ênfase e exclusão de informações na produção de um texto noticioso, mas também se refere às técnicas de composição fotográfica, que “recorta” elementos de uma cena e os organiza em uma composição visual. É nesse segundo sentido que usamos o conceito de enquadramento.

para assegurar o direito à Educação. Este é um momento que justifica a inserção da AMI no arcabouço da Pedagogia Social. Ler, assumir uma posição e criar a informação relevante são essenciais, mas é preciso ir além e considerar quem está falando, de que contexto social fala e, então avançar no processo de liberdade de expressão, para além de falar o que se pensa.

Angelina compõe sua notícia:

“Preconceito... Uma causa que nunca chega ao fim HOMOFOBIA
Angelina, aos quatorze anos ter sentiu o peso da homofobia na escola, nas ruas e até mesmo no seu próprio lar ao assumir sua sexualidade.

Primeiramente teve o preconceito dentro de sua própria casa ao falar para sua mãe “sou gay”, a reação de sua mãe foi horrível, “prefiro ter um filho ladrão do que um filho veado”. Isto deixou Angelina super chateada e bastante magoada com as palavras de sua mãe.

Na escola sempre era tachada de veadozinho, boiola, ele morde a fronha etc. E nas ruas também não é nada diferente, sempre tem um engraçadinho que faz comentários e brincadeiras de mau gosto sobre a sexualidade de Angelina, mesmo havendo Lei ainda não há respeito na sociedade, há lugares onde um homossexual ainda não é aceito.

São assustadores os dados relativos a violência contra homossexuais no país. O Brasil ocupa o vergonhoso primeiro lugar no ranking de violência contra pessoas homossexuais, sendo seis vezes mais violento que o segundo e terceiro lugar, México e Estados Unidos. Respectivamente para a maioria das pessoas a homossexualidade é sem-vergonhice e falta de caráter, o que mostra noções falsas superficial dos fatores familiares, sociais, religiosos e culturais que determinam a sociedade humana.”

Angelina enfatiza no seu texto as formas de exclusão que viveu, por ser transexual, inclusive no contexto da escola, o qual deveria ter, no mínimo, preservado seu direito à educação de qualidade como cidadã e possibilitado caminhos para potencializar suas habilidades e combater as formas criminosas de homofobia às quais foi e é exposta.

A notícia apresentada por Angelina possui um diferencial: ela parte de questões individuais e avança no aspecto da informação quando, no último parágrafo, situa o leitor sobre como os índices de violência contra homossexuais são altos e motivo de vergonha nacional.

Isaias compõe sua notícia:

“Prejulgamento: Nem Sempre acerta

Atire a primeira pedra quem nunca errou!

Isaias José da Silva, filho de Ronaldo e Fatima, nasceu em Planaltina - DF, em 11-10-1980 e foi criado em Uberaba – MG. Teve uma infância de muitas aventuras em um ambiente natural. Começou a jogar futebol, porém não se identificou, passou a jogar capoeira, gostava de roupas de estilo cantor de RAP, tinha cabelo rastafari e fumava uma erva, porém trabalhava para manter seu vício e comprar suas roupas, bonés e bicicletas.

Isaias enfrentou um preconceito grande com policiais, devido ao seu estilo de vida. Policiais as vezes o espancava, as vezes arrebatava o colar que ele usava dizendo que era apologia a droga, rasgava seus bonés e toca na sua cabeça.

Dentro de casa as vezes era chamado de vagabundo, isso tudo ele suportava calado, acabou revoltando e entrou no crime. Começou a vender drogas, CRACK, acabou desanimando do trabalho e ficou por conta de biqueira.

A perseguição policial aumentou, no decorrer do caminho aprendeu a beber e usar cocaína, o seu reinado como traficante durou pouco. De traficante ele passou a ser usuário, para manter o seu vício passou a cometer pequenos furtos, um dia roubou quinze chuveiros e foi abordado com os produtos de roubo, saiu correndo e foi alvejado por dois tiros, um na mão e um na perna.

A policial mentiu, disse que ele estava com faca e agrediu eles, ele com medo de represália ficou calado, pegou dois anos e nove meses de cadeia.

Cometeu novos delitos: 155, 157, 33, pagou uns dez anos de cadeia, lá aceitou Cristo, se libertou das drogas, do crime e perdoou os policiais.

Hoje Isaias está a cinco anos liberto das drogas, dois anos liberto da penitenciária, trabalha com hortaliças, pratica corrida de rua, não é revoltado, hoje anda de cabeça erguida em todas as partes da cidade.

Isaias aprendeu que o homem julga pela aparência e Jesus vê o interior de cada um, hoje as pessoas o aceitam melhor, seu estilo de cabelo, de roupas, e afirma que fica a dica: Com a medida que medires sereis medido, e da forma que julgares sereis julgado!"

Isaias quer que sua notícia represente quem ele é, o racismo estrutural que deu origem à sua história e como tem constituído sua trajetória de vida por meio da corrida de rua. Enfatiza a ideia de uma divindade como forma de sustentar a transformação pela qual passou.

No quarto parágrafo fala de perdão aos policiais que o ajustiçaram, mas conclui sua notícia dizendo como é a aceitação da sociedade e expressa com palavras bíblicas, em tom de alerta, sobre julgamento.

Isaias se expressa, avança quando constrói sua notícia escrita e escolhe onde veicular, contudo é um estágio inicial da AMI, pois não parte do pessoal para informar, pelo menos não do modo como Angelina fez.

José constrói sua notícia:

“O PROCESSO DA ADICÇÃO E O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO

José foi um menino que teve uma infância muito simples, ainda com quatorze anos sonhava uma bicicleta e roupas melhores. Filho de pais pobres, porém honesto, nasceu em uma cidade no interior de Minas Gerais.

José estudou em um colégio onde teve muitas influências para que se tornasse um homem de bem, porém fez uma escolha errada, começou a fumar cigarro com um círculo de pessoas de sua idade.

Com tanto envolvimento ele não conseguiu dar seguimento na escola, começou uma rotina de vida disfuncional. Conheceu pessoas

envolvidas no crime, já fumando maconha e passando noites fora de casa.

Seus pais não sabiam o que fazer, pois a vontade deles era que se tornasse alguém, mas não era a vontade dele naquele momento. José queria adrenalina, algo que lhe desse prazer, satisfação, tinha necessidade de ser reconhecido, por isso se aventurava nas coisas erradas.

Um dia foi apresentado para a cocaína, foi amor à primeira vista, fazia tudo para ter a droga. Começou a roubar dentro de casa, na rua, lojas, e praticar assaltos para manter o uso.

Depois conheceu o crack, a droga da morte, uma droga antissocial, barata, mas sua consequência sai caro. Sua família o colocou pra fora de casa, passou pela exclusão social, não conseguiu mais ter um ciclo de amizade com ninguém, sempre isolado com uma necessidade de atenção, pois ele já não conseguia mais ver o que fizera de sua vida e o sofrimento de seus entes queridos.

Um dia um companheiro da cidade de Votuporanga – SP lhe apresentou um programa de recuperação Narcóticos Anônimos (NA), dentro daquela abordagem foi apresentado alguns princípios que o tornaria uma pessoa sóbria e com qualidade de vida.

José foi convidado a se internar em uma fazenda de recuperação, assim aconteceu em 1996 sua primeira internação, o início de um tratamento. Naquele lugar começou a descobrir o quanto precisava da presença do senhor em sua vida, passou pela fase de adaptação desintoxicação e “ressocialização”.

José ficou naquele lugar um ano e dois meses, resgatou valores, princípios, criou vínculos com pessoas boas e retornou no seio de sua família, iniciando uma vida de renúncias e desprendimento. Ele criou metas e estratégias para dar conta do cotidiano, porque sabia que sua luta era constante todos os dias.”

José enfatiza o processo de adicção e as consequências para a sua vida. No primeiro parágrafo expressa uma visão de que ser um “homem de bem” que poderia ter evitado escolhas que considera erradas. Apresenta a escola como um espaço que não lhe cabia mais depois que experimentou a droga. Ele conecta a oportunidade de tratamento em clínica especializada, a passagem pelo sistema prisional e a situação de rua.

José também expõe um sistema escolar excludente, bem como a ausência de política de tratamento para adictos para pessoas privadas de liberdade em cumprimento de pena.

Cabe acrescentar aqui que, durante a realização das atividades, José teve falas provocadoras e muito singulares, como o momento no qual identifica que as instituições recebem financiamento público para prestarem atendimento, mas passam uma imagem de filantropia.

Este colaborador surpreende a todos com sua decisão, ao final das oficinas, de deixar a instituição de acolhimento para pessoas em situação de rua e faz questão, até o presente momento, de se reportar à pesquisadora e profissionais do PrEsp para relatar como está sendo sua jornada de morar só, trabalho e conquistas pessoais que no contexto deste estudo, representa um dos pontos mais altos, dada a autonomia construída por José.

Claro que se trata de um processo mais amplo e complexo, mas não é errado ponderar que, no caso específico desse colaborador, a AMI no contexto Pedagogia

Social demonstrou relevância. José soube partir da perspectiva do homem em construção, do direito à educação em todo tempo da vida, sem distinção de espaço.

Não se pode partir de uma noção isolada da AMI, porque não se trata apenas de localizar, criar e transmitir informações relevantes. Aqui é igualmente relevante identificar o lugar de onde se está falando, para quem esta informação é relevante e quais são as potencialidades do processo criativo, para pessoas que são sempre silenciadas pelas instituições.

Pedro, após escrever sua notícia, pede para buscar no celular a imagem de um coração dividido com duas alianças.

“A DOR DO SILENCIAMENTO NO PRIMEIRO AMOR:

Pai e madrasta provocam um futuro de terror na vida do filho (enteado).

Aos quatorze anos Pedro teve seu namoro proibido por intriga de sua madrasta. As consequências de se refugiar nas drogas se fazem presente até hoje em seus vinte e um anos. No ano de 2010, um jovem que morava com seu pai e madrasta, no bairro de Lourdes em Uberaba Minas Gerais, foi obrigado a conviver com raiva e ressentimento até no dia de hoje, por ações de impulso do próprio pai e sua madrasta.

O jovem adolescente de 14 anos tinha largado seus estudos, e foi trabalhar mais cedo do que deveria, começou logo a se envolver em baladas, raves etc... logo após começou a se relacionar com uma garota de 15 anos. Um relacionamento que ajudava muito o jovem com seus compromissos pessoais e profissionais.

Certo dia num feriado, a namorada deste jovem tinha ido a uma cidade vizinha com seus pais para comemorar o dia das crianças. O jovem ficou na casa de sua mãe, que morava no bairro Parque São Geraldo, de lá foi festejar com seus amigos que moravam em frente. Não sabia ele que iria logo mais se envolver em um acidente com seus amigos em uma rodovia.

Bom, o jovem se uniu com seus amigos, foram para uma cidade próxima a Uberaba festejar por lá mesmo. No caminho eles estavam em cinco carros, um deles acabou capotando na rodovia após passar por um imenso buraco e saindo da rodovia. Ninguém se feriu gravemente, mas uma das mulheres que estavam com ele naquele dia, ligou para sua mãe, deixando-a preocupada o suficiente para ligar para seu pai e pedir que fosse ao encontro do jovem, mas o seu pai não estava em casa e sua madrasta que atendeu assustada, pegou o carro e foi atrás de seu enteado e bateu o para-choque do carro em uma carretinha. Desistiu de ir atrás de seu enteado e ficou esperando ele na casa de sua mãe...

Logo após a sua chegada a madrasta irritada por ter batido o carro falou que era pro enteado pagar o concerto do carro, se não ela iria até a casa de sua namorada e falou que iria fazer um inferno se ele não pagasse, e ele como não achou justo, disse a ela que não iria pagar. Então no outro dia ela e seu pai foram até a casa de sua namorada e fez o que tinha prometido a ele que iria fazer. Então os pais de sua namorada acreditaram neles, e proibiram ela de namorar com ele e nem sequer perguntaram a ele se era verdade o que foi dito. Então o jovem cheio de raiva e rancor, começou a se afundar nas magoas que seus parentes mais próximos deixaram nele. Em pouco

tempo largou o serviço, se envolveu no mundo do crime, depois começou a usar drogas durante oito anos.

Hoje ele vive tentando esquecer o que já viveu, escrever um novo futuro para sua vida. Por conta da falta da liberdade de expressão um jovem de milhares que existe no mundo está lutando todo dia de sua vida para se libertar da escravidão da droga.”

A notícia criada por Pedro enfatiza o amor romântico e o conflito com a família, fala do sentimento de silenciamento e vê esse conjunto de fatores como justificativa para a adicção e a criminalidade. Foi a primeira vez que falou sobre estas questões de caráter sentimental. Esta narrativa toca na ausência de um atendimento psíquico, no qual os sentimentos apresentados precisam ser trabalhados, dada a emoção que veio à tona durante sua fala e escrita, bem como o fato de nunca ter sido ouvido sobre suas dores.

Pedro pede que o jornal com sua notícia chegue até a casa de seu pai e sua madrasta, o que expressa sua visão quanto às possibilidades de que seu texto possa ser utilizado para expressar o que até o momento não havia tido oportunidade.

3ª Oficina: Apresentação e discussão do jornal impresso

No que seria o último encontro, os colaboradores fizeram correções que julgaram necessárias na versão preliminar do jornal diagramado pela pesquisadora e informaram onde gostariam que fossem entregues os exemplares com a versão final e o porquê.

Quanto às alterações, Cristiano e Angelina modificaram o título de suas notícias, Isaias mudou o nome dos pais para nomes fictícios. Ele também pediu para incluir um *print* da largada de uma das corridas em que participou.

Isaias escolheu o fórum de Uberaba e a UFTM para veicular o “Jornal do Desabafo” e justificou:

(...)Porque eu gostaria que as autoridades, e aprendizes de direito soubessem que os policiais forjam e criam situações pra incriminar pessoas, isso quando não cometem homicídios, pra culpar pessoas que têm passagem na penitenciária.”

Ao justificar o porquê dos lugares onde quer que sua notícia seja veiculada, Isaias deixa manifestada a crença no poder desta mensagem para agregar conhecimento a estudantes de Direito, bem como de usar sua mensagem para fazer uma denúncia, prática que evidencia o exercício da liberdade de expressão.

Pedro afirma que gostaria que a notícia chegasse até a casa de seu pai e de pessoas que passaram pela mesma situação que ele, referindo-se ao momento de EP:

“Hoje a madrasta fala que por minha causa ela perdeu os últimos momentos com sua mãe, sendo que ela me fez perder 9 anos da minha vida por causa de um parchoque.”

Este colaborador crê na notícia que criou como meio de fazer sua madrasta se informar sobre o que significou para ele os nove anos que julga como perdidos.

Sua fala era emocionada e ele revelou que tratava do assunto abertamente pela primeira vez.

Angelina escolheu o CAPS, prefeitura, faculdades, centro de recebimento de Profilaxia pós-exposição - PEP, Câmara Municipal, Fundação Cultural:

(...) “locais onde tem bastante movimentação.”

Angelina informa sobre a homofobia, seu desejo de interlocução apresenta criticidade e avanço da liberdade de expressão, uma vez que pontua lugares de pessoas que tomam decisões que repercutem na vida do grupo ao qual se sente parte enquanto transexual.

Cristiano e José disseram que o jornal deve ser veiculado no “Jornal da Manhã”, que é um jornal local, algum jornal da região e na universidade,

“para que as pessoas aprendam”

A escolha destes colaboradores chama a atenção sobre quererem que a sociedade tome conhecimento de suas notícias e que o público universitário aprenda com suas histórias.

Análise dos dados

Uma vez descrito o experimento, é hora de retomar a questão norteadora do estudo: “é possível promover a liberdade de expressão dos que estão vivenciando momento de ESP?”. De um modo geral, pode-se afirmar que a AMI, no contexto da Pedagogia Social com ESP, mostrou-se como um caminho possível para promover a liberdade de expressão de pessoas que estão vivenciando o retorno, pois quando os colaboradores aceitam participar da investigação compondo um jornal, mostram seu desejo de se expressarem.

Analisando o teor das conversas durante as oficinas, as leituras das notícias trazidas para a conversa e os textos produzidos pelos colaboradores, emerge uma percepção de que compor uma mensagem foi atividade encarada como oportunidade para dizer quem são: seres humanos com histórias, sentimentos, angústias, falhas, sonhos e sofrimentos e que são fruto da ausência de políticas públicas durante toda a vida, inclusive no aspecto psíquico como é possível observar na narrativa de Pedro.

Para esta investigação, que considerou a expressão como produto da comunicação dialógica, a conquista do direito negado à palavra, formalizada em uma publicação coletiva e resultante de todo um processo de reflexão, parece ter sido uma experiência significativa de liberdade. Haja vista o caso de Pedro, quando afirma estar externando pela primeira vez os motivos acredita tenham-no colocado na situação em que está passando. Ou quando Angelina identifica os vários contextos em que sofreu e sofre homofobia. Isaias quando denuncia o racismo social e institucional que o levou a ter o histórico de vida apresentado.

Cristiano que durante a primeira oficina externou sobre uma pessoa valer o que recebe como salário e se está desempregada é porque é ruim de serviço, demonstra durante a segunda oficina ao criar sua notícia, que o aprendizado com seu pai ainda é o que carrega para si como realidade, ignora toda a estrutura social em que cada pessoa está inserida ou marginalizada. Observa-se que não houve alteração desta dura forma de ver empregabilidade durante internação com privação

de liberdade, durante o programa PrEsp e que o número de oficina de prática de AMI também não foi suficiente para ofertar reflexão sobre esta ideia.

A importância de ofertar nova reflexão quanto a empregabilidade caminhará num primeiro momento por possibilitar reconhecer o direito ao estudo que lhe foi negado, exploração do trabalho infantil vivenciada, uma vez que teve a escolarização interrompida na quarta série por necessidade de ajudar financeiramente em casa, pois o Estado não assegurou condições básicas dele e sua família de acesso à alimentação e estudo.

Não se pode afirmar que a continuação das oficinas de AMI concretizariam estas reflexões com um despertar para se apropriar hoje destes direitos que foram negados no passado, contudo é inegável que os momentos que foram concretizados não tenha ofertado um mapeamento dialógico do que é preciso ser trabalhado para que Cristiano possa dar outros passos em sua liberdade de expressão, porque observa-se no que apresenta em sua notícia, que passará por partir de sua realidade de silenciamentos, olhar as consequências, e ao mesmo tempo ofertar a possibilidade de como sujeito apropriar-se dos direitos que lhe foram negados.

Retomando o questionamento de Spivak (2010) se “pode um subalterno falar?”, ao término do experimento que foi possível de ser realizado dentro da burocracia do PrEsp, é pertinente considerar que não é possível cobrar desse grupo, em momento tão delicado de suas vidas, que se apropriem de todas as habilidades críticas tal como descritas pelos fundamentos da AMI. Mas é certo que extrapolaram, pelo texto, a “interpelação” de ESP, e assumiram a condição de sujeitos, indo ao encontro de FREIRE (1987, p. 91) quando diz: “o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens”.

No início das atividades, a primeira percepção era de que estava tudo perfeito, uma vez que as intenções eram de “atender” da melhor forma possível ao grupo de ESP que ali se reunia. Mas, na convivência com o grupo, sobretudo com José, a percepção inicial foi provocada e deu lugar a uma postura investigativa. Nesse processo, os silenciamentos institucionais e o cuidado em não legitimá-los emergiram com força e foi preciso enfrentar essa barreira.

O desafio desta pesquisa foi a desconstrução que extrapola a investigação, e não há julgamento de certo ou errado quanto à mediação permitida pelo PrEsp, pois atuar em sistemas carregados da ideologia do Estado, conforme descrito por Althusser (1970), é lidar o tempo todo com interpelações, o que requer exercício crítico constante, uma vez que a relação horizontal de contratação e organização da instituição é carregada pela lógica liberal.

Considerações finais

A realidade do campo investigado deu vivacidade aos gritos que aparecem em números, quanto ao desemprego, carência, baixa autoestima, medo, desespero e a real possibilidade de reincidência.

Na passagem por unidades privativas de liberdade, que deveriam agir para promover o processo de socialização, predominam as práticas de controle do corpo como política de segurança pública. A educação, que deveria ser a via de desenvolvimento das potencialidades cognitivas voltadas para a socialização, também acaba se ajustando ao controle e ao silenciamento. Que tipo de sociedade se obtém do conjunto de falhas e ausências destas instituições?

De tudo o que poderia ser expressado pelos colaboradores da pesquisa, é sintomático que tenham escolhido narrar o holocausto racial e classista, haja vista o perfil dos encarcerados, em sua maioria negros e de baixa renda. É ainda um holocausto que gera lucro, desde aos meios de comunicação hegemônicos até as indústrias que vendem a ideia de segurança.

A saída deste sistema penal, que não socializa, mas sim marginaliza e estigmatiza ainda mais, fez com que surgissem programas para receber seus egressos e minimizar os fatores de reincidência. Num primeiro olhar pode parecer que o Estado está realmente empenhado em solucionar suas ausências, mas ele terceiriza a tarefa em uma lógica liberal.

Pessoas no lugar de mercadorias, metas a serem batidas, relação de trabalho por contrato e pressão para que os índices do programa se mantenham positivos são só algumas das faces deste Estado que se ultraja num viés “humanitário”, dizendo que fomenta a “ressocialização” de ESP, mas desconsidera a real dimensão humana e as especificidades deste grupo.

Com base no que se tem de sistema penal nacional não bastam apenas programas de (re)socialização para assegurar o direito à liberdade de expressão. É urgente aumentar o direito de acesso à informação relevante e fomentar as habilidades de uso dessa informação, desde a base, sobretudo para os que constituem grupos de vulnerabilidades. Essa é uma questão óbvia, mas que precisa ser demarcada, haja vista que, no atual momento político, investimentos em educação e saúde passaram a ser descritos como “gastos”. Sem educação apropriada, saúde, habitação, alimentação e liberdade de expressão, não há como falar em processo de socialização de ESP. Ou se mexe na estrutura, ou os programas de (re)socialização podem ficar como uma maquiagem humanizada de um Estado que se retroalimenta da reincidência criminal.

Por fim, não há como falar de encarceramento no Brasil e processo de socialização de ESP sem falar de questão racial e de classe. O histórico de desigualdade social funciona como um mecanismo de seleção de “melhores candidatos” ao sistema, isso já é sabido. Não se trata somente de serem os negros, pardos e pobres pessoas “predestinadas” a entrar em conflito com a lei, mas também do fato de que a ausência do Estado os segrega a lugares de ausência e silenciamento.

Mas também não se trata de desmerecer o programa PrEsp, que tem sua importância no que se propõe. A observação sistemática das ações realizadas com o grupo de dilatação que participou do estudo mostrou que há de fato um comprometimento das pessoas que ali trabalham. Mas ocorre que toda instituição é materializada pelos indivíduos e suas relações de trabalho. No entanto, é gritante a perspectiva neoliberal e verticalizada que orienta o funcionamento daquela instituição. Um serviço público dessa natureza deveria contratar pessoal por concurso e garantir estabilidade, desenvolver mecanismos para avaliar o ESP em termos de socialização de fato, e não enfatizar a tratativa de metas numéricas a serem alcançadas, como tem sido feito. Sugere-se ainda a inclusão do profissional da educação como parte da equipe multidisciplinar, objetivando assumir a educação como um dos pilares para atenuar a reincidência criminal.

Diante dos questionamentos que emergiram durante a pesquisa, este estudo não se encerra aqui. Antes, pode ser visto como aprendizado construído para embasar uma nova oportunidade e ação de investigação. A promoção da liberdade de expressão dos que estão vivenciando momento de ESP é uma demanda em

aberto, e a Pedagogia Social, em diálogo com a Alfabetização Midiática e Informacional são abordagens promissoras para programas de (res)socialização que se preocupem em dar às pessoas a oportunidade de acessar, avaliar e usar a informação relevante para o seu desenvolvimento, num contexto de abundância da informação, mas de muito pouca compreensão.

É que o devir deste processo continue trazendo aprendizado científico e as respectivas dores e delícias do crescimento pessoal.

Referências

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Presença 1970.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 21ª ed. atual. eampl. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BRASIL. lei nº 7.210, 11 de julho de 1984. **Institui a lei de execução penal**. Brasília, 11 de julho de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>. Acesso em: 10 Jul. 2020.
- BRASIL. **Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional (Depen)**. Sistema Nacional de Informação Penitenciária – InfoPen, 2015.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 32 ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis. Vozes, 1998. 288 p.
- MACHADO, Evelcy Monteiro. A Pedagogia Social: Reflexões e diálogos necessários. *In*: NETO, João; SILVA, Roberto; Moura Rogério (Orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.
- SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goular Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.
- UNESCO. **Um mundo e Muitas vozes – Comunicação e informação na nossa época**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- UNESCO. **Educating for the Media and The Digital Age – adopted by the Vienna Conference**. Vienna, 1999. Disponível em: https://www.mediamanual.at/en/pdf/educating_media_engl.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

Contribuição das autoras

Autora 1: Autora da pesquisa e redatora do texto.

Autora 2: Orientadora da pesquisa e redatora do texto.

Enviado em: 15/agosto/2020 | Aprovado em: 27/janeiro/2021